



**Presidência da República  
Secretaria-Geral  
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**MENSAGEM Nº 408, DE 20 DE AGOSTO DE 2021**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos previstos no § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 3, de 2021-CN, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências”.

Ouvido, o Ministério da Economia manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos do Projeto de Lei:

**Incisos III, VI e VII do caput do art. 4º do Projeto de Lei**

“III - nos programas emergenciais de que tratam as Leis nº 13.999, de 18 de maio de 2020, nº 14.020, de 6 de julho de 2020, nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, e nº 14.043, de 19 de agosto de 2020;”

“VI - na ampliação da infraestrutura da rede de atendimento oncológico; e”

“VII - no Anexo VIII desta Lei.”

**Incisos II, III e IV do § 12 do art. 38 do Projeto de Lei**

“II - de campanhas de utilidade pública que disponibilizem informações para prevenção e cuidados com a saúde;”

“III - no tratamento de sequelas causadas pela COVID e do impacto destas nas demais patologias;”

“IV - da infraestrutura da rede de atendimento oncológico; e”

**Inciso VIII do caput do art. 175 do Projeto de Lei**

“VIII - Anexo VIII - Prioridades e Metas.”

**Anexo VIII - Prioridades e Metas do Projeto de Lei**

“

ANEXO VIII

PRIORIDADES E METAS

<b>Programa, Ações e Produtos (unidade de medida)</b>		<b>Meta 2022</b>
<b>0032</b>	<b>PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO</b>	
20UC	<i>ESTUDOS, PROJETOS E PLANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES</i>	1
	<i>ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)</i>	
20VE	<i>PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL</i>	1.000
	<i>ALUNO CAPACITADO (UNIDADE)</i>	
<b>0033</b>	<b>PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO</b>	
11RV	<i>CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO EM BRASÍLIA – DF</i>	100
	<i>SEDE CONSTRUÍDA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)</i>	
15G5	<i>REFORMA DO EDIFÍCIO-SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA EM JOÃO PESSOA – PB</i>	10
	<i>EDIFÍCIO-SEDE REFORMADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)</i>	

## ANEXO VIII

## PRIORIDADES E METAS

<b>Programa, Ações e Produtos (unidade de medida)</b>	<b>Meta 2022</b>
15G6 REFORMA DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM CAMPINA GRANDE - PB  EDIFÍCIO-SEDE REFORMADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	20
<b>0617 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS</b>	
20UF REGULARIZAÇÃO, DEMARCAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E PROTEÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS  TERRA INDÍGENA ATENDIDA (UNIDADE)	3
21BO PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS  COMUNIDADE INDÍGENA BENEFICIADA (UNIDADE)	200
21C0 ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVIRUS  AÇÃO REALIZADA (UNIDADE)	10
<b>1031 AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL</b>	
099F CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL (LEI N° 10.823, DE 2003)  PRODUTOR BENEFICIADO (UNIDADE)	10.000
20Y7 DESENVOLVIMENTO DO ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR  CADEIA DE ABASTECIMENTO ORGANIZADA/MANTIDA (UNIDADE)	80
20ZV FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO  PROJETO APOIADO (UNIDADE)	20
21B6 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL  PRODUTOR ASSISTIDO (UNIDADE)	5.000
21B9 PROMOÇÃO E FORTALECIMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO E ACESSO AOS MERCADOS  PRODUTOR ATENDIDO (UNIDADES/ANO)	100
210V PROMOÇÃO E FORTALECIMENTO DA ESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR, PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES RURAIS  AGRICULTOR ATENDIDO (UNIDADE)	50.000
214Z FOMENTO À TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA E AOS RECURSOS GENÉTICOS  PROJETO APOIADO (UNIDADE)	200
215 <sup>a</sup> DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DA AGROPECUÁRIA  PROJETO APOIADO (UNIDADE)	100
8622 PROMOÇÃO DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO PARA O DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO  EMPREENDIMENTO APOIADO (UNIDADE)	100
<b>1040 GOVERNANÇA FUNDIÁRIA</b>	
210Z RECONHECIMENTO E INDENIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS  ÁREA RECONHECIDA (HA)	5.000
211A CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS  PROJETO CONSOLIDADO (UNIDADE)	150
211C REFORMA AGRÁRIA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA  TÍTULO EMITIDO (UNIDADE)	100.000
<b>1041 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS NATURAIS</b>	

## ANEXO VIII

## PRIORIDADES E METAS

<b>Programa, Ações e Produtos (unidade de medida)</b>	<b>Meta 2022</b>
2E87 <i>CONTROLE DA POPULAÇÃO DE ANIMAIS EM SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS (CASTRAÇÃO E ATENÇÃO VETERINÁRIA - LDO 2021, ART. 41)</i>  <i>ANIMAL MANEJADO (UNIDADE)</i>	300.000
20N1 <i>FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE</i> <i>PROJETO APOIADO (UNIDADE)</i>	10
20VU <i>POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATEAMENTO E DE MANEJO E RECUPERAÇÃO FLORESTAL NO ÂMBITO DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS</i> <i>POLÍTICA APOIADA (UNIDADE)</i>	27
20VY <i>IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE CIDADANIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL AÇÃO IMPLEMENTADA (UNIDADE)</i>	227
21A8 <i>FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA PROMOVER A CONSERVAÇÃO, A RECUPERAÇÃO E O USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE, DA VEGETAÇÃO NATIVA E DO PATRIMÔNIO GENÉTICO</i> <i>AÇÃO DESENVOLVIDA (UNIDADE)</i>	127
2140 <i>GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL</i>  <i>AÇÃO REALIZADA (UNIDADE)</i>	100
<b>1043 QUALIDADE AMBIENTAL URBANA</b> 21A9 <i>IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS, PLANOS E AÇÕES PARA MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL URBANA</i>  <i>AÇÃO IMPLEMENTADA (UNIDADE)</i>	100
<b>1058 MUDANÇA DO CLIMA</b> 20G4 <i>FOMENTO A ESTUDOS E PROJETOS PARA MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA</i>  <i>PROJETO APOIADO (UNIDADE)</i>	10
20W1 <i>INICIATIVAS PARA IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA E DA CONTRIBUIÇÃO NACIONALMENTE DETERMINADA</i>  <i>POLÍTICA IMPLEMENTADA (UNIDADE)</i>	20

## ANEXO VIII

## PRIORIDADES E METAS

<b>Programa, Ações e Produtos (unidade de medida)</b>		<b>Meta 2022</b>
<b>2201</b>	<b>BRASIL MODERNIZA</b>	
15OP	<i>ESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO DIGITAL</i>	
	<i>ESTRUTURA IMPLANTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)</i>	60
<b>2202</b>	<b>DEFESA AGROPECUÁRIA</b>	
8606	<i>APOIO AO DESENVOLVIMENTO E CONTROLE DA AGRICULTURA ORGÂNICA - PRÓ-ORGÂNICO</i>	
	<i>UNIDADE CONTROLADA (UNIDADE)</i>	1.000
<b>2203</b>	<b>PESQUISA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA</b>	
20Y6	<i>PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA A AGROPECUÁRIA</i>	
	<i>PESQUISA DESENVOLVIDA (UNIDADE)</i>	100
8924	<i>TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS PARA A INOVAÇÃO PARA A AGROPECUÁRIA</i>	
	<i>AÇÃO IMPLEMENTADA (UNIDADE)</i>	50
<b>2204</b>	<b>BRASIL NA FRONTEIRA DO CONHECIMENTO</b>	
00LV	<i>FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E FIXAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS PARA A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&amp;D)</i>	
	<i>BOLSA CONCEDIDA (UNIDADE)</i>	1.000
20US	<i>FOMENTO A PROJETOS, PROGRAMAS E REDES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&amp;D)</i>	
	<i>PROJETO APOIADO (UNIDADE)</i>	3.913
215L	<i>FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO EM ÁREAS ESTRATÉGICAS</i>	
	<i>INICIATIVA APOIADA (UNIDADE)</i>	100
<b>2205</b>	<b>CONECTA BRASIL</b>	
20V8	<i>APOIO A INICIATIVAS E PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL</i>	
	<i>PROJETO APOIADO (UNIDADE)</i>	1.000
21AE	<i>EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO</i>	
	<i>ESTUDO ELABORADO (UNIDADE)</i>	1
21C8	<i>OPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS DO PROGRAMA CONECTA BRASIL</i>	
	<i>SERVIÇO PRESTADO (HORAS/ANO)</i>	10
<b>2208</b>	<b>TECNOLOGIAS APLICADAS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	
20UQ	<i>APOIO A PROJETOS DE TECNOLOGIAS APLICADAS, TECNOLOGIAS SOCIAIS E EXTENSÃO TECNOLÓGICA ARTICULADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BRASIL</i>	
		10

## ANEXO VIII

## PRIORIDADES E METAS

<b>Programa, Ações e Produtos (unidade de medida)</b>		<b>Meta 2022</b>
20V6	<i>TECNOLOGIA DISSEMINADA (UNIDADE) FOMENTO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO VOLTADOS À INOVAÇÃO, A TECNOLOGIAS DIGITAIS E AO PROCESSO PRODUTIVO</i>	2.000
4949	<i>PROJETO APOIADO (UNIDADE) FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NA REGIÃO AMAZÔNICA (CT-AMAZÔNIA)</i>	10
2210	<i>PROJETO APOIADO (UNIDADE) <b>EMPREGABILIDADE</b></i>	
2B12	<i>FOMENTO À INCLUSÃO PRODUTIVA</i>	100
20Z1	<i>PARCERIA REALIZADA (UNIDADE) QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES</i>	
	<i>TRABALHADOR QUALIFICADO (UNIDADE)</i>	10.000
2212	<b>MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DA PRODUTIVIDADE</b>	
210C	<i>PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, MICROEEMPRENDEDOR INDIVIDUAL, POTENCIAL EMPREENDEDOR E ARTESANATO</i> <i>EMPRESA APOIADA (UNIDADE)</i>	100
210D	<i>FOMENTO À INOVAÇÃO E ÀS TECNOLOGIAS INOVADORAS</i> <i>INICIATIVA IMPLEMENTADA (UNIDADE)</i>	100
210E	<i>PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL</i>	170
2215	<i>INICIATIVA IMPLEMENTADA (UNIDADE) <b>POLÍTICA ECONÔMICA E EQUILÍBRIO FISCAL</b></i>	
20Z7	<i>GESTÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E</i> <i>CONTÁBIL</i> <i>SISTEMA MANTIDO (UNIDADE)</i>	1 5
20Z8	<i>ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DE ATIVIDADES ECONÔMICAS</i> <i>ACOMPANHAMENTO REALIZADO (UNIDADE)</i>	1 5.000
2216	<b>POLÍTICA EXTERNA</b>	
6105	<i>RELACIONES E NEGOCIAÇÕES NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO - OMC</i> <i>ASSESSORIA PRESTADA (UNIDADE)</i>	5
8495	<i>REALIZAÇÃO DE EVENTOS INTERNACIONAIS OFICIAIS</i> <i>EVENTO REALIZADO (UNIDADE)</i>	1 5
2217	<b>DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO</b>	
1D73	<i>APOIO À POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO VOLTADO À</i> <i>IMPLANTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO</i> <i>VIÁRIA</i>	5.000
10BC	<i>PROJETO APOIADO (UNIDADE)</i> <i>IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO</i>	500
10T2	<i>PROJETO APOIADO (UNIDADE)</i> <i>APOIO A PROJETOS E OBRAS DE REABILITAÇÃO, DE ACESSIBILIDADE E</i> <i>MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA EM ÁREAS URBANAS</i>	200
	<i>PROJETO APOIADO (UNIDADE)</i>	

## ANEXO VIII

## PRIORIDADES E METAS

<b>Programa, Ações e Produtos (unidade de medida)</b>		<b>Meta 2022</b>
20NK	<i>ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM ESPAÇOS SUB-REGIONAIS</i>	
214S	<i>ARRANJO PRODUTIVO LOCAL APOIADO (UNIDADE)</i> <i>ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS - ROTAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL</i>	800 100
7K66	<i>ATIVIDADE PRODUTIVA APOIADA (UNIDADE)</i> <i>APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO</i>	1.000
7W59	<i>PROJETO APOIADO (UNIDADE)</i> <i>IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SUL-FRONTEIRA</i>	13
7XR6	<i>PROJETO IMPLANTADO (UNIDADE)</i> <i>Implantação de Superintendências Regionais da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF</i>	30
8874	<i>OBRA EXECUTADA (UNIDADE)</i> <i>APOIO AO PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA MUNICIPAL E INTERFEDERATIVA</i>	1
<b>2218</b>	<b>GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES</b>	
10SG	<i>APOIO A SISTEMAS DE DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEL E DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS EM MUNICÍPIOS CRÍTICOS SUJEITOS A EVENTOS RECORRENTES DE INUNDAÇÕES, ENXURRADAS E ALAGAMENTOS</i>	10
14RL	<i>DOMICÍLIO ATENDIDO (UNIDADE)</i> <i>REALIZAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E OBRAS PARA CONTENÇÃO OU AMORTECIMENTO DE CHEIAS E INUNDAÇÕES E PARA CONTENÇÃO DE EROSÕES MARINHAS E FLUVIAIS</i>	22.001
22BO	<i>PROJETO APOIADO (UNIDADE)</i> <i>AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL</i>	1.000
7XR3	<i>POPULAÇÃO BENEFICIADA (UNIDADE)</i> <i>Enrocamento do Lado Norte do Rio Doce no Município de Colatina/ES</i>	100
8865	<i>OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO)</i> <i>APOIO À EXECUÇÃO DE PROJETOS E OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS EM ÁREAS URBANAS</i>	100
<b>2219</b>	<b>MOBILIDADE URBANA</b>	
10SS	<i>SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO</i>	10
10ST	<i>PROJETO APOIADO (UNIDADE)</i> <i>TRANSPORTE NÃO MOTORIZADO</i>	50
<b>2220</b>	<b>MORADIA DIGNA</b>	
00CX	<i>SUBVENÇÃO ECONÔMICA DESTINADA A IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE SOCIAL EM ÁREAS RURAIS (LEI Nº 11.977, DE 2009)</i>	240.000
00CY	<i>VOLUME CONTRATADO (UNIDADE)</i> <i>TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – FDS (LEI Nº 11.977, DE 2009)</i>	501.000
	<i>VOLUME CONTRATADO (UNIDADE)</i>	

## ANEXO VIII

## PRIORIDADES E METAS

<b>Programa, Ações e Produtos (unidade de medida)</b>		<b>Meta 2022</b>
10SJ	APOIO À PRODUÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	2.000
10S3	PROJETO APOIADO (UNIDADE) APOIO À URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	100
8866	INTERVENÇÃO APOIADA (UNIDADE) APOIO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS URBANAS	
8873	PROJETO APOIADO (UNIDADE) APOIO AO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS AGENTES INTEGRANTES DO SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - SNHIS	10.000
2221	PROJETO APOIADO (UNIDADE) <b>RECURSOS HÍDRICOS</b>	20.000
10CT	CONSTRUÇÃO DO CANAL ADUTOR DO SERTÃO ALAGOANO	
109H	OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS	100
109J	OBRA EXECUTADA (UNIDADE) CONSTRUÇÃO DE ADUTORAS	19
11AA	OBRA EXECUTADA (UNIDADE) CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM FRONTEIRAS NO ESTADO DO CEARÁ	51
116F	OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) <i>Implantação, Ampliação, Melhorias ou Adequação de Sistemas de Abastecimento de Água em Áreas de Atuação da CODEVASF</i>	11
14VI	EMPREENDIMENTO CONCLUÍDO (UNIDADE) IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS PARA SEGURANÇA HÍDRICA	2
15E7	OBRA EXECUTADA (UNIDADE) REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF	20
1851	EMPREENDIMENTO CONCLUÍDO (UNIDADE) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E/OU IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA DE PEQUENO E MÉDIO VULTO	100
2397	INTERVENÇÃO APOIADA (UNIDADE) LEVANTAMENTOS HIDROGEOLÓGICOS, ESTUDOS INTEGRADOS EM RECURSOS HÍDRICOS PARA GESTÃO E AMPLIAÇÃO DA OFERTA HÍDRICA	1.000
7X91	LEVANTAMENTO REALIZADO (UNIDADE) <i>Construção da 1ª Etapa (Fase I) do Canal do Xingó</i>	54
2222	OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) <b>SANEAMENTO BÁSICO</b>	10
1P95	APOIO À ELABORAÇÃO DE PLANOS E PROJETOS DE SANEAMENTO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 50 MIL HABITANTES OU INTEGRANTES DE REGIÕES METROPOLITANAS OU DE REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO	50
116F	PROJETO APOIADO (UNIDADE) <i>Implantação, Ampliação, Melhorias ou Adequação de Sistemas de Abastecimento de Água em Áreas de Atuação da CODEVASF</i>	500
20AG	EMPREENDIMENTO CONCLUÍDO (UNIDADE) APOIO À GESTÃO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTES	340

## ANEXO VIII

## PRIORIDADES E METAS

<b>Programa, Ações e Produtos (unidade de medida)</b>		<b>Meta 2022</b>
20AM	<i>MUNICÍPIO BENEFICIADO (UNIDADE)</i> <i>IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE COLETA E RECICLAGEM DE MATERIAIS</i>	27
21CB	<i>UNIDADE APOIADA (UNIDADE)</i> <i>IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS PÚBLICOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 50.000 HABITANTES, EXCLUSIVE EM REGIÕES METROPOLITANAS (RM) OU REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (RIDE)</i>	25.754
21CC	<i>DOMICÍLIO ATENDIDO (UNIDADE)</i> <i>IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS DE ATÉ 50.000 HABITANTES, EXCLUSIVE EM REGIÕES METROPOLITANAS (RM) OU REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (RIDE)</i>	100
21CI	<i>MUNICÍPIO ATENDIDO (UNIDADE)</i> <i>IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS EM LOCALIDADES URBANAS DE MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ATÉ 50.000 HABITANTES</i>	8.000
21C9	<i>DOMICÍLIO ATENDIDO (UNIDADE)</i> <i>IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE AÇÕES E SERVIÇOS SUSTENTÁVEIS DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS COMUNIDADES RURAIS (LOCALIDADES DE PEQUENO PORTE) OU EM COMUNIDADES TRADICIONAIS (REMANESCENTES DE QUILOMBOS)</i>	50.000
216F	<i>DOMICÍLIO ATENDIDO (UNIDADE)</i> <i>GESTÃO DA POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO</i>	100
6908	<i>PROJETO APOIADO (UNIDADE)</i> <i>FOMENTO À EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL VOLTADA À PROMOÇÃO DA SAÚDE</i>	1.000
7XK8	<i>ENTE FEDERATIVO APOIADO (UNIDADE)</i> <i>IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 50.000 HABITANTES</i>	3.000
7656	<i>MUNICÍPIO ATENDIDO (UNIDADE)</i> <i>IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE AÇÕES E SERVIÇOS SUSTENTÁVEIS DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS COMUNIDADES RURAIS (LOCALIDADES DE PEQUENO PORTE) OU EM COMUNIDADES TRADICIONAIS (REMANESCENTES DE QUILOMBOS)</i>	334
2223	<i>DOMICÍLIO ATENDIDO (UNIDADE)</i> <b>A HORA DO TURISMO</b>	
10V0	<i>APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA</i>	100
20Y3	<i>PROJETO REALIZADO (UNIDADE)</i> <i>PROMOÇÃO E MARKETING DO TURISMO NO MERCADO NACIONAL</i>	100
21AM	<i>INICIATIVA IMPLEMENTADA (UNIDADE)</i> <i>ARTICULAÇÃO, COOPERAÇÃO E ATUAÇÃO INTEGRADA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO</i>	10
4590	<i>AÇÃO APOIADA (UNIDADE)</i> <i>QUALIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO NO TURISMO</i>	1.000
	<i>PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)</i>	

## ANEXO VIII

## PRIORIDADES E METAS

<b>Programa, Ações e Produtos (unidade de medida)</b>		<b>Meta 2022</b>
7XR0	Apoio para Pavimentação da Rodovia do Progresso Marcolino Galvão - Município de Lagoa Grande - Entroncamento BR-040	24
	TRECHO ADEQUADO (KM)	
3001	<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>	
2E75	INCENTIVO À GERAÇÃO DE ELETRICIDADE RENOVÁVEL	5.120
	ENERGIA GERADA A PARTIR DE FONTES RENOVÁVEIS (GWH (GIGAWATT HORA))	
4897	PLANEJAMENTO DO SETOR ENERGÉTICO	100
	DOCUMENTO PRODUZIDO (UNIDADE)	
3003	<b>PETRÓLEO, GÁS, DERIVADOS E BIOCOMBUSTÍVEIS</b>	
2E91	APOIO À POLÍTICA NACIONAL DE BIOCMBUSTÍVEIS – RENOVABIO	1
	PROJETO DESENVOLVIDO (UNIDADE)	
3004	<b>AVIAÇÃO CIVIL</b>	
14UB	CONSTRUÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE REGIONAL	10
	AEROPORTO ADEQUADO (UNIDADE)	
3005	<b>TRANSPORTE AQUAVIÁRIO</b>	
123M	MELHORAMENTOS NO CANAL DE NAVEGAÇÃO DA HIDROVIA DO RIO TOCANTINS	38
	HIDROVIA MELHORADA (KM)	
127G	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS FLUVIAIS	10
	OBRA EXECUTADA (%)	
14KV	APOIO A IMPLANTAÇÃO DE MELHORAMENTOS NO CANAL DE NAVEGAÇÃO DA HIDROVIA DO RIO TIETÊ/SP	100
	PROJETO APOIADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	
3006	<b>TRANSPORTE TERRESTRE E TRÂNSITO</b>	
10IW	CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ITACARAMBI - DIVISA MG/BA - NA BR-135/MG	20
	TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	
10IX	ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO BR-116/259/451 (GOVERNADOR VALADARES) - ENTRONCAMENTO MG-020 - NA BR-381/MG	6
	TRECHO ADEQUADO (KM)	
10JQ	ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - SÃO FRANCISCO DO SUL - JARAGUÁ DO SUL - NA BR-280/SC	30
	TRECHO ADEQUADO (KM)	
11VA	CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - DIVISA PA/MT - RIBEIRÃO CASCALHEIRA - NA BR-158/MT	20
	TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	
110Q	ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - PEDRA BRANCA - DIVISA SE/AL - NA BR-101/SE	20
	TRECHO ADEQUADO (KM)	
12KF	ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - SÃO MIGUEL DO OESTE - DIVISA SC/PR - NA BR-163/SC	20
	TRECHO ADEQUADO (KM)	
124G	CONSTRUÇÃO DA FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE-LESTE - CAETITÉ/BA - BARREIRAS/BA - EF-334	20
	TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	

## ANEXO VIII

## PRIORIDADES E METAS

<b>Programa, Ações e Produtos (unidade de medida)</b>	<b>Meta 2022</b>
1248 CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - MANAUS - DIVISA AM/RO - NA BR-319/AM TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	20
13X5 ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIA URBANA EM IMPERATRIZ - NA BR-010/MA TRECHO ADEQUADO (KM)	20
13YK CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - LARANJAL DO JARI - ENTRONCAMENTO BR-210/AP-030 - NA BR- 156/AP TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	20
130Z Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento TO-020 (Aparecida do Rio Negro) - Divisa TO/MA (Goiatins) - na BR-010/TO TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	20
1418 CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - FERREIRA GOMES - OIAPOQUE (FRONTEIRA COM A GUIANA FRANCESA) - NA BR-156/AP TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	20
15WO ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - IMPERATRIZ - AÇAILÂNDIA - NA BR-010/MA TRECHO ADEQUADO (KM)	30
20VL MANUTENÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA REGIÃO SUDESTE TRECHO MANTIDO (KM)	140
219Z CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS DE INFRAESTRUTURA DA UNIÃO INFRAESTRUTURA MANTIDA (UNIDADE)	200
2907 FISCALIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA VISTORIA REALIZADA (UNIDADE)	20
7L04 ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - PORTO ALEGRE - PELOTAS - NA BR-116/RS TRECHO ADEQUADO (KM)	20
7N85 CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - TIMBÉ DO SUL - DIVISA SC/RS - NA BR-285/SC TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	22
7R82 ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - DIVISA DF/GO - DIVISA GO/BA - NA BR-020/GO TRECHO ADEQUADO (KM)	20
7S51 CONSTRUÇÃO DE CONTORNO RODOVIÁRIO (CONTORNO DE MESTRE ÁLVARO) EM SERRA - NA BR-101/ES CONTORNO CONSTRUÍDO (KM)	20
7S57 CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO BR-163 (RIO VERDE DE MATO GROSSO) - ENTRONCAMENTO BR-262 (AQUIDAUANA) - NA BR-419/MS TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	20
7S61 CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - NOVO REPARTIMENTO - TUCURUÍ - NA BR-422/PA TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	20
7S62 CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - VISEU - BRAGANÇA - NA BR-308/PA TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	20
7S75 ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO BR-226 - ENTRONCAMENTO BR-101 (RETA TABAJARA) - NA BR-304/RN TRECHO ADEQUADO (KM)	20

## ANEXO VIII

## PRIORIDADES E METAS

<b>Programa, Ações e Produtos (unidade de medida)</b>	<b>Meta 2022</b>
7T98 ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - KM 0 (CABEDELO) - KM 28 (OITIZEIRO) - NA BR-230/PB	10
TRECHO ADEQUADO (KM)	
7V17 Adequação de Anel Viário em Vitória da Conquista/BA - na BR 116/BA	5
TRECHO ADEQUADO (KM)	
7V29 Construção de Anel Rodoviário em Araguaína - na BR-153/TO	1
TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	
7W07 DEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - CASTANHAL - SANTA MARIA DO PARÁ - TREVO DE SALINÓPOLIS - DIVISA PA/MA - NA BR-316/PA	20
TRECHO ADEQUADO (KM)	
7W39 Construção de Contorno Rodoviário em Campo Mourão - trecho entroncamento BR-487/PR - entroncamento PR/558 - entroncamento BR-158/PR - na BR 272/PR	20
TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	
7W84 ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - TRECHO ESTIVA - ENTRONCAMENTO BR-222 (MIRANDA DO NORTE) NA BR-135/MA	20
TRECHO ADEQUADO (KM)	
7W95 ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - TERESINA - PARNAÍBA - NA BR-343/PI	
TRECHO ADEQUADO (KM)	
7XC4 ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - CAMPINA GRANDE - QUEIMADAS - NA BR-104/PB	12
TRECHO ADEQUADO (KM)	
7XG6 ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - BATAGUASSU - PORTO MURTINHO - NA BR-267/MS	20
TRECHO ADEQUADO (KM)	
7XH7 Duplicação da BR-304 Natal/Mossoró	20
TRECHO ADEQUADO (KM)	
7XI6 ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - PORTO ALEGRE - NOVO HAMBURGO - NA BR-116/RS	20
TRECHO ADEQUADO (KM)	
7XI7 Adequação de Trecho Rodoviário - Erechim - Passo Fundo - na BR-153/RS	20
TRECHO ADEQUADO (KM)	
7XJ5 ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - FLORIANÓPOLIS - SÃO MIGUEL DO OESTE - NA BR-282/SC	20
TRECHO ADEQUADO (KM)	
7XM6 ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIA URBANA EM IJUÍ - NA BR-285/RS	20
TRECHO ADEQUADO (KM)	
7XN1 CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO IBICUÍ - NA BR-472/RS	20
OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	
7XN8 Adequação de Trecho Rodoviário - Miranda do Norte - Santa Inês - na BR BR-222/MA	20
TRECHO ADEQUADO (KM)	
7XN9 Construção de Trecho Rodoviário - Porto Grande - Serra do Navio - na BR-210/AP	20
TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	

## ANEXO VIII

## PRIORIDADES E METAS

<b>Programa, Ações e Produtos (unidade de medida)</b>	<b>Meta 2022</b>
7XP0 Adequação de Contorno Rodoviário - Contorno Sul de Curitiba - na BR-376/PR TRECHO ADEQUADO (KM)	10
7XP1 Adequação de Travessia Urbana - BR153/TO TRECHO ADEQUADO (KM)	20
7XP2 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MG/RJ (Estrada União-Indústria / Paralela à BR-040) - Entroncamento BR-116(B)/101(A) (Trevo das Missões) - na BR-040/RJ TRECHO ADEQUADO (KM)	15
7XP3 Adequação de Trecho Rodoviário - Itabuna/BA - Entr. BA-698 (Mucuri) - na BR-101/BA TRECHO ADEQUADO (KM)	20
7XP4 Adequação de Trecho Rodoviário - Jaraguá do Sul - Corupá - na BR-280/SC TRECHO ADEQUADO (KM)	20
7XP5 Construção de Trecho Rodoviário - Usina Hidrelétrica de Água Vermelha Divisa MG/SP - Usina Hidrelétrica de São Simão Divisa MG/GO - na BR-461/MG TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	20
7XP7 Construção de Trecho Ferroviário - Vitória/ES - Rio de Janeiro/RJ TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	20
7XP8 Construção de Contorno Rodoviário - Itaperuna/RJ - na BR-356/RJ TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	1
7XP9 Construção de Pontes TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	2
7XQ0 Construção de Ponte sobre o Rio Perdido - Divisa do Município de Rio Sono com o Município de Pedro Afonso - na BR-010/TO TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	1
7XQ1 Construção de Trecho Rodoviário – Manga – Itacarambi - na BR-135/MG TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	20
7XQ2 Construção de Trecho Rodoviário - Km 188 - Km 200 - na BR 364/MG TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	12
7XQ3 Construção de Trecho Rodoviário - Bingen - Quitandinha - na BR-040/RJ TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	1
7XQ4 Construção de Trecho Rodoviário – Poranga/CE - Pedro II/PI - na BR-404/CE TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	20
7XQ6 Construção de Anel Rodoviário - Município de Irecê/BA TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	1
7XQ7 Construção de Contorno Rodoviário – Município de Pirapetinga/MG - na BR-393/MG TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	20
7XR1 Adequação de Trecho Rodoviário – Duplicação - Cajazeiras - Sousa - na BR-230/PB TRECHO CONSTRUÍDO (KM)	20
7XR2 Adequação de Trecho Rodoviário – Duplicação - Marechal Cândido Rondon - Posto da Policia Rodoviária Federal – na BR-467/PR TRECHO ADEQUADO (KM)	7

## ANEXO VIII

## PRIORIDADES E METAS

<b>Programa, Ações e Produtos (unidade de medida)</b>		<b>Meta 2022</b>
7XR4	Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Viamão – na Estrada Caminho do Meio/RS	20
	<b>TRECHO ADEQUADO (KM)</b>	
7XR8	Adequação de Trecho Rodoviário – Campo Grande - Terenos - na BR-262/MS	9
	<b>TRECHO ADEQUADO (KM)</b>	
7XR9	Adequação de Trecho Rodoviário - Demerval Lobão (Km 33,54) - Monsenhor Gil (Km 55,60) - na BR-316/PI	20
	<b>TRECHO ADEQUADO (KM)</b>	
7XS0	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento da TO-070 (Aliança do Tocantins/TO) - Aguiarnópolis/TO - na BR-153/TO	20
	<b>TRECHO ADEQUADO (KM)</b>	
7XS1	Construção de Trecho Ferroviário de Alto Parnaíba/MA a Porto Franco/MA	20
	<b>TRECHO CONSTRUÍDO (KM)</b>	
7XS2	Adequação de Trecho Rodoviário - Jataí/GO - Rondonópolis/MT - na BR-364/GO/MT	20
	<b>TRECHO ADEQUADO (KM)</b>	
7XS3	Construção de Trecho Ferroviário de Açailândia/MA - Alto Alegre/MA - Alcântara/MA	20
	<b>TRECHO CONSTRUÍDO (KM)</b>	
7X01	Construção de Viaduto - Km 446 - Acesso a MG-030 - Na BR-356 - No Estado de Minas Gerais	5
	<b>TRECHO CONSTRUÍDO (KM)</b>	
7X08	Construção de Ponte sobre o Rio Jequitinhonha - No Município de Itapebi - Na BR-101 - No Estado da Bahia	8
	<b>TRECHO CONSTRUÍDO (KM)</b>	
7X34	CONSTRUÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO EM TRÊS LAGOAS - NAS BRS 262/158/MS	10
	<b>TRECHO CONSTRUÍDO (KM)</b>	
7X67	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MA/TO - Entroncamento TO-010 (Pedro Afonso) - na BR-235/TO	20
	<b>TRECHO CONSTRUÍDO (KM)</b>	
7X83	Construção de Trecho Rodoviário – Entroncamento BR-405/RN – Entroncamento BR-116/CE – na BR-437/RN/CE	20
	<b>TRECHO CONSTRUÍDO (KM)</b>	
7X96	CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO URUGUAI (FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA) - NA BR-392/RS	20
	<b>OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)</b>	
7530	ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - NAVEGANTES - RIO DO SUL - NA BR-470/SC	20
	<b>TRECHO ADEQUADO (KM)</b>	
<b>4002</b>	<b>SEGURANÇA INSTITUCIONAL</b>	
21AP	APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	2
	<b>APOIO REALIZADO (UNIDADE)</b>	
<b>4003</b>	<b>GARANTIA DA ESTABILIDADE MONETÁRIA E FINANCEIRA</b>	
21AY	PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO	817
	<b>AÇÃO CONCLUÍDA (UNIDADE)</b>	

## ANEXO VIII

## PRIORIDADES E METAS

<b>Programa, Ações e Produtos (unidade de medida)</b>		<b>Meta 2022</b>
<b>4004</b>	<b>TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO</b>	
2D58	AUDITORIA INTERNA, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO, OUVIDORIA E CORREIÇÃO AÇÃO REALIZADA (UNIDADE)	50
<b>5011</b>	<b>EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE</b>	
0E53	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CAMINHO DA ESCOLA	2.000
	VEÍCULO ADQUIRIDO (UNIDADE)	
0000	CONCESSÃO DE BOLSAS DE APOIO À EDUCAÇÃO BÁSICA	50.000
	BOLSA CONCEDIDA (UNIDADE)	
0509	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.000
	INICIATIVA APOIADA (UNIDADE)	
20RJ	APOIO À CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	50
	PROJETO APOIADO (UNIDADE)	
20RP	APOIO À INFRAESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	100
	PROJETO APOIADO (UNIDADE)	
214V	APOIO À ALFABETIZAÇÃO, À ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE E À INTEGRAÇÃO À QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	160.000
	PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)	
<b>5012</b>	<b>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b>	
15R4	APOIO À EXPANSÃO, REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	200
	PROJETO APOIADO (UNIDADE)	
20RG	REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	500
	PROJETO VIABILIZADO (UNIDADE)	
21B3	FOMENTO ÀS AÇÕES DE PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	1.000
	INICIATIVA APOIADA (UNIDADE)	
219U	APOIO AO FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	40
	INSTITUIÇÃO APOIADA (UNIDADE)	
<b>5013</b>	<b>EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO</b>	
0A12	CONCESSÃO DE BOLSA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	20.000
	ESTUDANTE ATENDIDO (UNIDADE)	
00QH	CONCESSÃO DE BOLSAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ESTÍMULO À REESTRUTURAÇÃO E AO FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (PROIES)	5.000
	BOLSA CONCEDIDA (UNIDADE)	
0048	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS	1
	ENTIDADE APOIADA (UNIDADE)	
15R3	APOIO À EXPANSÃO, REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	100
	PROJETO APOIADO (UNIDADE)	

## ANEXO VIII

## PRIORIDADES E METAS

<b>Programa, Ações e Produtos (unidade de medida)</b>		<b>Meta 2022</b>
20GK	FOMENTO ÀS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	100
20RK	INICIATIVA APOIADA (UNIDADE) FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	10.000
20RX	ESTUDANTE MATRICULADO (UNIDADE) REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS	20
219V	UNIDADE APOIADA (UNIDADE) APOIO AO FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR INSTITUIÇÃO APOIADA (UNIDADE)	1
4002	ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	500.000
8282	ESTUDANTE ASSISTIDO (UNIDADE) REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	20
5014	PROJETO VIABILIZADO (UNIDADE) <b>ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS</b>	
20RM	EXAMES E AVALIAÇÕES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	810.000
5015	PESSOA AVALIADA (UNIDADE) <b>JUSTIÇA</b>	
2334	PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	20
5016	INICIATIVA IMPLEMENTADA (UNIDADE) <b>SEGURANÇA PÚBLICA, COMBATE À CORRUPÇÃO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO</b>	
154T	APRIMORAMENTO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	3
20IE	OBRA REALIZADA (UNIDADE) ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS	100
21BM	PROJETO APOIADO (UNIDADE) DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO, E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE	200
2723	AÇÃO APOIADA (UNIDADE) POLICIAMENTO, FISCALIZAÇÃO, COMBATE À CRIMINALIDADE E CORRUPÇÃO	10.000
2726	OPERAÇÃO REALIZADA (UNIDADE) PREVENÇÃO E REPRESSÃO AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS E A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO	200
5017	OPERAÇÃO REALIZADA (UNIDADE) <b>ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS</b>	
20AH	ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS SERVIÇO APOIADO (UNIDADE)	1.000
20YR	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL PELO SISTEMA DE GRATUIDADE	10.000
4295	FARMÁCIA MANTIDA (UNIDADE) ATENÇÃO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENÇAS HEMATOLÓGICAS PACIENTE ATENDIDO (UNIDADE)	500

## ANEXO VIII

## PRIORIDADES E METAS

<b>Programa, Ações e Produtos (unidade de medida)</b>	<b>Meta 2022</b>
<b>5018 ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE</b>	
2E90 INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA CUMPRIMENTO DE METAS	10.000
UNIDADE APOIADA (UNIDADE)	
2F01 REFORÇO DE RECURSOS PARA EMERGÊNCIA INTERNACIONAL EM SAÚDE PÚBLICA – CORONAVÍRUS	10.000
AÇÃO REALIZADA (UNIDADE)	
20G8 REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES PRESTADOS PELOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS (FINANCIAMENTO PARTILHADO - REHUF)	120
HOSPITAL BENEFICIADO (UNIDADE)	
21C0 ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVIRUS	200.000.180
AÇÃO REALIZADA (UNIDADE)	
7XQ8 Construção do Hospital do Câncer de São Mateus/ES	1
HOSPITAL CONSTRUÍDO (UNIDADE)	
7XQ9 Construção do Hospital Regional de Teixeira de Freitas/BA	1
HOSPITAL CONSTRUÍDO (UNIDADE)	
7XR7 Construção do Hospital Regional do Araguaia-Xingu no Município de Confresa-MT	1
HOSPITAL CONSTRUÍDO (UNIDADE)	
8535 ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	2.000
UNIDADE ESTRUTURADA (UNIDADE)	
8758 APERFEIÇOAMENTO, AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ONCOLOGIA – INCA	2.000
ATENDIMENTO REALIZADO (UNIDADE)	
8759 APERFEIÇOAMENTO, AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA - INTO	10.000
ATENDIMENTO REALIZADO (UNIDADE)	
8933 ESTRUTURAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS NA REDE ASSISTENCIAL	
UNIDADE ESTRUTURADA (UNIDADE)	
<b>5019 ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE</b>	120
2E89 INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE PARA CUMPRIMENTO DE METAS	1.000
UNIDADE APOIADA (UNIDADE)	
20YI IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE	27
PROJETO APOIADO (UNIDADE)	
8581 ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE	10.000
SERVIÇO ESTRUTURADO (UNIDADE)	
<b>5020 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E PRODUTIVO EM SAÚDE</b>	
20K7 APOIO AO DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DE PLATAFORMAS TECNOLÓGICAS PARA FORTALECIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL DA SAÚDE	100
PROJETO APOIADO (UNIDADE)	

## ANEXO VIII

## PRIORIDADES E METAS

<b>Programa, Ações e Produtos (unidade de medida)</b>	<b>Meta 2022</b>
21BF PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO EM SAÚDE PESQUISA REALIZADA (UNIDADE)	50
7674 MODERNIZAÇÃO DE UNIDADES DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ UNIDADE MODERNIZADA (UNIDADE)	200
8305 ATENÇÃO DE REFERÊNCIA E PESQUISA CLÍNICA EM PATOLOGIAS DE ALTA COMPLEXIDADE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E EM DOENÇAS INFECIOSAS	110.000
5021 PACIENTE ATENDIDO (UNIDADE) <b>GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO SUS</b>	
20YD EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM SAÚDE PESSOA QUALIFICADA (UNIDADE)	5.000
5022 PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE INDÍGENA	
20YP PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE INDÍGENA POPULAÇÃO INDÍGENA BENEFICIADA (UNIDADE)	100
5023 VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
2E95 REFORÇO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE MEDIANTE AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE INSUMOS E IMUNOBIOLÓGICOS POPULAÇÃO COBERTA (UNIDADE)	10.000.000
20YJ FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE POPULAÇÃO COBERTA (UNIDADE)	200.000.000
5024 ATENÇÃO INTEGRAL À PRIMEIRA INFÂNCIA	
20TR APOIO FINANCEIRO SUPLEMENTAR À MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL CRIANÇA ATENDIDA (UNIDADE)	2.000.000
5025 CULTURA	
14U2 IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS ESPAÇO CULTURAL IMPLANTADO/MODERNIZADO (UNIDADE)	50
20ZF PROMOÇÃO E FOMENTO À CULTURA BRASILEIRA PROJETO APOIADO (UNIDADE)	100
20ZG FORMULAÇÃO E GESTÃO DA POLÍTICA CULTURAL POLÍTICA IMPLEMENTADA (UNIDADE)	4.000
20ZH PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO 'BEM PRESERVADO (UNIDADE)	20
5538 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DAS CIDADES HISTÓRICAS PROJETO REALIZADO (UNIDADE)	200
5026 ESPORTE	
14TP IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA DE ALTO RENDIMENTO INFRAESTRUTURA APOIADA (UNIDADE)	104
14TR IMPLANTAÇÃO DOS CENTROS DE INICIAÇÃO AO ESPORTE - CIE ESPAÇO IMPLANTADO (UNIDADE)	10
20JP DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E APOIO A PROJETOS E EVENTOS DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL	100.000

## ANEXO VIII

## PRIORIDADES E METAS

<b>Programa, Ações e Produtos (unidade de medida)</b>		<b>Meta 2022</b>
<i>PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)</i>		
20YA	<b>PREPARAÇÃO DE ATLETAS E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO</b>	2.000
5450	<i>PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)</i> <b>IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA ESPORTE EDUCACIONAL, RECREATIVO E DE LAZER</b>	50
5027	<i>ESPAÇO IMPLANTADO/MODERNIZADO (UNIDADE)</i> <b>INCLUSÃO PRODUTIVA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL</b>	
215F	<i>FOMENTO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA</i>	500
5031	<i>EMPREENDIMENTO APOIADO (UNIDADE)</i> <b>PROTEÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)</b>	
219E	<i>AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</i>	1.000
219F	<i>ENTE FEDERATIVO APOIADO (UNIDADE)</i> <b>AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL</b>	5.000
219G	<i>ENTE FEDERATIVO APOIADO (UNIDADE)</i> <b>ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)</b>	5.000
8893	<i>ENTE FEDERATIVO APOIADO (UNIDADE)</i> <b>APOIO À ORGANIZAÇÃO, À GESTÃO E À VIGILÂNCIA SOCIAL NO TERRITÓRIO, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS</b>	3.000
5032	<i>ENTE FEDERATIVO APOIADO (UNIDADE)</i> <b>REDE DE SUPORTE SOCIAL AO DEPENDENTE QUÍMICO: CUIDADOS, PREVENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL</b>	
20R9	<i>REDUÇÃO DA DEMANDA DE DROG</i>	10.000
5033	<i>PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)</i> <b>SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL</b>	
20QH	<i>IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE</i>	3.000
215I	<i>ENTE FEDERATIVO APOIADO (UNIDADE)</i> <b>CONSOLIDAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SISAN</b>	27
2798	<i>UNIDADE DA FEDERAÇÃO ATENDIDA (UNIDADE)</i> <b>AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL</b>	20.000
5034	<i>FAMÍLIA AGRICULTORA BENEFICIADA (UNIDADE)</i> <b>PROTEÇÃO À VIDA, FORTALECIMENTO DA FAMÍLIA, PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS</b>	
14XS	<i>IMPLEMENTAÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA E DE CENTROS DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES</i>	10
21AQ	<i>UNIDADE IMPLEMENTADA (UNIDADE)</i> <b>PROTEÇÃO DO DIREITO À VIDA</b>	1.000
21AR	<i>PESSOA ATENDIDA (UNIDADE)</i> <b>PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS PARA TODOS</b>	50
	<i>INICIATIVA APOIADA (UNIDADE)</i>	

## ANEXO VIII

## PRIORIDADES E METAS

<b>Programa, Ações e Produtos (unidade de medida)</b>		<b>Meta 2022</b>
21AS	<b>FORTALECIMENTO DA FAMÍLIA</b>	
	INICIATIVA APOIADA (UNIDADE)	200
21AT	<b>FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS E COMISSÕES DE DIREITOS ÓRGÃO MANTIDO (UNIDADE)</b>	100
218B	<b>POLÍTICAS DE IGUALDADE E ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES</b>	100
218Q	INICIATIVA APOIADA (UNIDADE) <b>PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA</b>	100
6440	PROJETO APOIADO (UNIDADE) <b>FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS E OUTRAS COMUNIDADES TRADICIONAIS</b>	200
6012	<b>COMUNIDADE ATENDIDA (UNIDADE)</b> <b>DEFESA NACIONAL</b>	
1211	<b>IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA BÁSICA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CALHA NORTE</b>	50
	<b>EMPRESA ATENDIDA (UNIDADE)</b>	
123G	<b>IMPLANTAÇÃO DE ESTALEIRO E BASE NAVAL PARA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE SUBMARINOS CONVENCIONAIS E NUCLEARES</b>	7
123H	<b>INFRAESTRUTURA IMPLANTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)</b> <b>CONSTRUÇÃO DE SUBMARINO DE PROPULSÃO NUCLEAR</b>	20
123I	<b>SUBMARINO CONSTRUÍDO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)</b> <b>CONSTRUÇÃO DE SUBMARINOS CONVENCIONAIS</b>	4
14T0	<b>SUBMARINO CONSTRUÍDO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)</b> <b>AQUISIÇÃO DE AERONAVES DE CAÇA E SISTEMAS AFINS - PROJETO FX-2</b>	45
14T7	<b>AERONAVE ADQUIRIDA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)</b> <b>TECNOLOGIA NUCLEAR DA MARINHA</b>	7
14XJ	<b>SISTEMA CONSTRUÍDO (% DE EXECUÇÃO)</b> <b>AQUISIÇÃO DE CARGUEIRO TÁTICO MILITAR DE 10 A 20 TONELADAS - PROJETO KC-390</b>	1
151S	<b>AERONAVE ADQUIRIDA (UNIDADE)</b> <b>IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE SISTEMAS ESPACIAIS</b>	13
2F02	<b>PROGRAMA IMPLANTADO (%)</b> <b>Fomento à Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro na Escola de Sargentos das Armas em Londrina/PR</b>	50.000
21BZ	<b>PROFISSIONAL CAPACITADO (UNIDADE)</b> <b>PRESTAÇÃO DE AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO</b>	156
219D	<b>AUXÍLIO À NAVEGAÇÃO DISPONIBILIZADO (UNIDADE)</b> <b>ADEQUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES</b>	20
7XP6	<b>ORGANIZAÇÃO MILITAR ADEQUADA (UNIDADE)</b> <b>Construção da Escola de Sargentos das Armas em Santa Maria/RS</b>	2
6014	<b>ESCOLA IMPLANTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)</b> <b>PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS NOS BIOMAS</b>	

## ANEXO VIII

## PRIORIDADES E METAS

<b>Programa, Ações e Produtos (unidade de medida)</b>	<b>Meta 2022</b>
214M PREVENÇÃO E CONTROLE DE INCÊNDIOS FLORESTAIS NAS ÁREAS FEDERAIS PRIORITÁRIAS	170.000
214P ÁREA PROTEGIDA (KM <sup>2</sup> ) FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL E PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PROTEGIDA (UNIDADE)	100 "

**Razões dos vetos**

“A proposição legislativa estabelece como prioridades e as metas da administração pública federal para o exercício de 2022, os programas emergenciais, a ampliação da infraestrutura da rede de atendimento oncológico e no Anexo VIII. Para programas de saúde se priorizam em reforço: nas campanhas de utilidade pública, tratamento de sequelas causadas pela **covid-19** e infraestrutura da rede de atendimento oncológico.

Embora meritória a intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que dispersaria os esforços para melhorar a execução, o monitoramento e o controle das prioridades já estabelecidas para o exercício de 2022, o que contribuiria para a elevação da rigidez orçamentária, que já se mostra excessiva, em razão do grande percentual de despesas obrigatórias, do excesso de vinculações entre receitas e despesas, e da existência de inúmeras regras de aplicação de despesas que dificultam o cumprimento da meta de Resultado Primário (RP). Ressalta-se que o não cumprimento dessas regras fiscais, ou mesmo a mera existência de risco de descumprimento, poderia provocar insegurança jurídica e impactos econômicos adversos para o País, tais como elevação de taxas de juros, inibição de investimentos externos e elevação do endividamento.

Destaca-se que o disposto nos incisos do § 12 do art. 38 do Projeto de Lei, não estabelecem uma base de referência. Nos exercícios de 2020 e 2021 foram abertos diversos créditos extraordinários, relacionados ao enfrentamento da pandemia da **covid-19**, cuja consideração na base de cálculo para atendimento poderia se mostrar incompatível com o cumprimento da meta fiscal e dos limites individualizados para despesas primárias.”

**Incisos XXV, XXVI, XXIX, XXX e XXXI do caput e § 3º do art. 12 do Projeto de Lei**

“XXV - às despesas relacionadas ao abastecimento de água, esgotamento, manejo de resíduos sólidos e saneamento em municípios de até 50.000 habitantes, independentemente de RIDE ou Região Metropolitana, no âmbito da Funasa;”

“XXVI - à conservação e à recuperação dos ativos de infraestrutura, hipótese em que deverá ser utilizada a ação 219Z - Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União;”

“XXIX - despesas para o resarcimento das emissoras de rádio e televisão pela inserção de propaganda partidária;”

“XXX - despesas com o reajuste do Piso Salarial Profissional Nacional - Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias; e”

“XXXI - recuperação de malhas ferroviárias com recursos provenientes de indenizações de concessões suprimidas por decisão judicial, unilateral ou acordos.”

“§ 3º As dotações oriundas de indenizações previstas no inciso XXXI do **caput** deverão ser obrigatoriamente aplicadas nas unidades da federação em que ocorrer a supressão ou indenização, na proporção da testada quilométrica suprimida ou indenizada, objetivando a recuperação ou o desenvolvimento de ferrovias federais naquela unidade da federação objeto do feito.”

**Razões dos vetos**

“A proposição legislativa estabelece que o Projeto de Lei Orçamentária para 2022, a Lei Orçamentária e os créditos adicionais deveriam discriminar em categorias de programação específicas as dotações destinadas às despesas relacionadas ao abastecimento de água, esgotamento, manejo de resíduos sólidos e ao saneamento básico em Municípios de até cinquenta mil habitantes; à conservação e à recuperação dos ativos de infraestrutura; para o resarcimento das emissoras de rádio e televisão pela inserção de propaganda

partidária; às despesas com o reajuste do Piso Salarial Profissional Nacional - Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias; e à recuperação de malhas ferroviárias.

Entretanto, a despeito da boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, pois a exigência de discriminar as despesas previstas nos incisos XXV, XXVI, XXX e XXXI do **caput** e no § 3º do art. 12 do Projeto de Lei em categorias de programação específicas não guardaria relação direta com a estrutura programática dos órgãos envolvidos em sua execução, o que poderia promover a sobreposição de ações e prejudicar a qualidade da classificação programática do orçamento.

No tocante ao disposto no inciso XXV do **caput** do referido artigo, é competência do Ministério do Desenvolvimento Regional a política nacional de saneamento e as metas, as diretrizes e as normas de saneamento. Assim, no orçamento público federal, a competência para a implantação e a implementação de políticas públicas de saneamento nos Municípios pertencentes às Regiões Integradas de Desenvolvimento - RIDE ou às Regiões Metropolitanas seria do referido Ministério. Em contrapartida, competiria à Fundação Nacional de Saúde - Funasa do Ministério da Saúde apoiar as ações de saneamento nos demais Municípios com até cinquenta mil habitantes. O dispositivo em comento induziria a redundância de esforços, a pulverização dos recursos, o que contraria os princípios da eficiência e da economicidade da administração pública federal.

Em relação às despesas destinadas à conservação e à recuperação de ativos de infraestrutura, o dispositivo demandaria ajuste na programação de parte significativa dos órgãos e das unidades orçamentárias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, o que seria incompatível com as etapas necessárias ao encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para 2022 ao Congresso Nacional no prazo estabelecido no inciso III do § 2º do art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Quanto ao resarcimento das emissoras de rádio e televisão, a Lei nº 13.487, de 6 de outubro de 2017, extinguiu a propaganda partidária no rádio e na televisão, a partir de 1º de janeiro de 2018, ao revogar os art. 45 a art. 49 e o parágrafo único do art. 52 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos.

Ademais, cumpre esclarecer que os agentes comunitários de saúde atuam como parte integrante da atenção primária à saúde, que envolve outras despesas programadas a partir da orientação para o resultado expresso tais como a qualificação dessa modalidade de atenção à saúde. Da mesma forma, os agentes de combate às endemias são indispensáveis à estratégia federal para promover a vigilância em saúde. Essa organização obedece ao disposto na alínea 'c' do **caput** do art. 7º do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o qual instituiu o orçamento-programa.

O mesmo raciocínio se aplicaria às programações orçamentárias relacionadas à política de transportes para ferrovias, que estão orientadas em torno de eixos ferroviários e não das receitas que poderiam ser aplicadas para essas finalidades.

A estrutura orçamentária da despesa define a ação orçamentária associada a bens ou serviços e contribui para atender ao objetivo de um programa. Segregar os recursos referidos nesses dispositivos em programação específica criaria riscos para a eficiência orçamentária, favoreceria a fragmentação da estratégia de atuação, violaria o conceito de orçamento-programa e, por essa razão, a proposta legislativa contraria o interesse público."

#### **Inciso XXVII do caput do art. 12 do Projeto de Lei**

"XXVII - Fundo Especial de Financiamento de Campanha, financiado com recursos da reserva prevista no inciso II do § 4º do art. 13, no valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) da soma das dotações para a Justiça Eleitoral para exercício de 2021 e as constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2022, acrescentado do valor previsto no inciso I do art. 16-C da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;"

#### **Razões do voto**

"A proposição legislativa estabelece que o Projeto de Lei Orçamentária para 2022, a Lei Orçamentária e os seus créditos adicionais discriminarião, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha, financiado com recursos da reserva prevista no inciso II do § 4º do art. 13 do Projeto de Lei, no valor correspondente a vinte e cinco por cento da soma das dotações para a Justiça Eleitoral para exercício de 2021 e aquelas constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2022, acrescentado do valor previsto no inciso I do **caput** do art. 16-C da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Entretanto, a despeito da boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, pois o dispositivo em comento não apenas obrigaría a discriminar em categoria de programação específica o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, mas estabeleceria valor de aproximadamente R\$ 5.700.000.000,00 (cinco bilhões e setecentos milhões de reais) para essas despesas, o que resultaria na

compressão de despesas primárias discricionárias decorrentes de emendas de bancada estadual de execução obrigatória, que poderiam ser revertidas em políticas públicas para a população.

Cumpre salientar que, conforme disposto no § 1º do art. 75 do Projeto de Lei, as emendas de bancada estadual – cujo valor seria reduzido para atender as despesas do Fundo – deveriam ser destinadas, prioritariamente, a projetos em andamento, e, quando promovessem o início de investimento com duração superior a um exercício financeiro, deveriam ser apresentadas pela mesma bancada, a cada exercício, até a conclusão do investimento. Desse modo, a proposição legislativa teria impacto negativo sobre a continuidade de investimentos plurianuais, incluídos os investimentos em andamento cujo início tenha sido financiado por emendas de bancada estadual em exercícios anteriores.

Da mesma forma, seriam comprometidas as demais despesas custeadas por emendas de bancada, a exemplo daquelas destinadas às subfunções da saúde, que têm recebido, em média, desses recursos nos últimos quatro anos, e cuja redução se mostra indesejável, em especial, no contexto econômico e social decorrente da pandemia da **covid-19**.

Adicionalmente, a metodologia de cálculo utilizada para estabelecer o valor do Fundo Especial de Financiamento de Campanha adota parâmetros desproporcionais em relação às dotações da Justiça Eleitoral, pois tem como referência dois exercícios financeiros – 2021 e 2022 – de perfil distinto no tocante à realização de eleições.”

#### **§ 8º do art. 18 do Projeto de Lei**

“§ 8º Fica autorizado que seja pactuado o reajuste de valores para conclusão de obras paralisadas que demonstrem equilíbrio no cronograma físico financeiro e apresentem execução física igual ou superior a 30% (trinta por cento).”

#### **Razões do veto**

“A proposição legislativa autoriza que poderia ser pactuado o reajuste de valores para conclusão de obras de infraestrutura paralisadas que demonstrassem equilíbrio no cronograma físico-financeiro e apresentassem execução física igual ou superior a trinta por cento.

Entretanto, a despeito da boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que poderia gerar incentivos para o aumento generalizado do custo dessas obras, inclusive aquelas em fase inicial, com execução física inferior a trinta por cento, além de ser de difícil operacionalização, uma vez que não estaria claro o que seria a demonstração de ‘equilíbrio no cronograma físico-financeiro’. Portanto, esse dispositivo poderia trazer prejuízos à eficiência, à economicidade e à qualidade da despesa pública.

Ademais, a proposição legislativa constitui matéria estranha às atribuições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, dado que dispõe sobre contratações públicas, e é incompatível com a natureza transitória da referida Lei, visto que poderia repercutir sobre a execução orçamentária de outros exercícios financeiros, inclusive de contratos já firmados e de obras de infraestrutura em execução.”

#### **§ 9º do art. 18 do Projeto de Lei**

“§ 9º A inscrição ou a manutenção dos restos a pagar subordinam-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas, observadas as regras de restos a pagar definidas pelo Poder Executivo federal, sendo vedado o bloqueio daqueles relativos ao Ministério da Educação.”

#### **Razões do veto**

“A proposição legislativa estabelece regramento sobre a inscrição ou a manutenção dos restos a pagar que estariam subordinados ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabelecem metas fiscais ou limites de despesas, observadas as regras de restos a pagar definidas pelo Poder Executivo federal, vedado o bloqueio dos restos a pagar relativos ao Ministério da Educação.

Entretanto, a despeito da boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que, em seu trecho final, apresenta disposição específica para o referido regramento, mais precisamente, a vedação de bloqueio daqueles relativos ao Ministério da Educação. Essa disposição traria prejuízo à sistemática de contenção do crescimento dos restos a pagar inscritos, o que contraria recomendações diversas emanadas pelo Tribunal de Contas da União, e aumentaria a pressão fiscal pelos recursos disponíveis em exercícios futuros.

Ademais, trata-se de matéria incompatível com o caráter transitório da Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma vez que incidiria sobre despesas de outros exercícios financeiros, o que poderia provocar dúvidas em sua

aplicação.”

#### **§ 11 do art. 18 do Projeto de Lei**

“§ 11 O Projeto de Lei Orçamentária e a Lei Orçamentária para 2022 deverão prever dotação para despesas com processo de desenvolvimento de pesquisa básica e tecnológica de imunobiológicos e insumos para prevenção e controle de doenças, em montante ao menos 50% (cinquenta por cento) superior à dotação autorizada para a mesma finalidade na Lei Orçamentária de 2021.”

#### **Razões do voto**

“A proposição legislativa estabelece que o Projeto de Lei Orçamentária e a Lei Orçamentária para 2022 deveriam prever dotação para despesas com processo de desenvolvimento de pesquisa básica e tecnológica de imunobiológicos e insumos para prevenção e controle de doenças, em montante, no mínimo, cinquenta por cento superior à dotação autorizada para Lei Orçamentária Anual para 2021.

Entretanto, a despeito da boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que, ao definir parâmetro de reajuste para pesquisas específicas em patamar excessivamente superior ao estabelecido na Constituição para as demais ações e serviços públicos de saúde, ensejaria o desfinanciamento de parte das políticas de saúde que absorveriam a diferença necessária para cumprir essa disposição.”

#### **§ 9º e § 10 do art. 38 do Projeto de Lei**

“§ 9º As transferências regulares, automáticas e obrigatórias de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº 141, de janeiro de 2012, quando destinadas ao custeio da cobertura de ações e serviços de saúde junto a prestadores privados e hospitais universitários federais, serão realizadas em conta corrente específica junto aos respectivos entes federados.”

“§ 10. Aplica-se o disposto no § 9º deste artigo às emendas que adicionarem recursos a transferências automáticas e regulares e se destinarem a prestadores privados.”

#### **Razões dos vetos**

“A proposição legislativa estabelece que as transferências destinadas ao custeio da cobertura de ações e serviços de saúde junto a prestadores privados e hospitais universitários federais seriam realizadas em conta corrente específica junto aos respectivos entes federativos. Além disso, essa disposição também se aplicaria às emendas sobre o tema.

Entretanto, em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, pois a Constituição define que o Sistema Único de Saúde - SUS deve ser organizado de acordo com diretriz de descentralização, com direção única em cada esfera de governo, observado o disposto no inciso I do **caput** do art. 198, de forma que não poderia a União definir, no momento da transferência de recursos do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde de Estados, Municípios e Distrito Federal, se esses recursos seriam utilizados para custeio da rede própria ou para contratação de entidades privadas, sob pena de ferir a autonomia dos demais entes federativos.

Ademais, a atual organização do SUS nem sequer contempla esse tipo de identificação nas normas que estabelecem os repasses federais destinados aos demais entes federativos; organização essa fundamentada nas diretrizes constitucionais e regulamentações da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que originalmente organizaram o referido Sistema. Dessa forma, a proposição legislativa contraria o interesse público, ante a incompatibilidade com os procedimentos operacionais estabelecidos, o que comprometeria o funcionamento regular do SUS.

Por sua vez, os hospitais universitários federais são unidades orçamentárias da própria União, vinculadas ao Ministério da Educação, que prestam serviços ao SUS, sobretudo no âmbito da atenção especializada, por meio da contratualização com as secretarias de saúde de Estados, Distrito Federal e Municípios. Nesse caso, os créditos orçamentários consignados ao Fundo Nacional de Saúde são descentralizados aos hospitais universitários federais, mediante a autorização dos gestores locais, o que dispensaria a transferência de recursos aos fundos locais de saúde para destinação posterior aos hospitais universitários federais. Além de mais célere e eficiente, esse procedimento evita que a mesma despesa seja prevista em duplicidade nas Leis Orçamentárias Anuais da União: uma vez como repasse federal aos fundos locais e outra como receita própria das unidades hospitalares para aplicação direta.

Nesse caso, além de acarretar a incompatibilidade com os procedimentos operacionais em vigor, resultaria na perda de celeridade e eficiência na disponibilização dos créditos orçamentários aos hospitais

universitários e comprometeria o funcionamento regular do SUS. A dupla contagem da referida despesa impactaria também a alocação de recursos a outras programações orçamentárias, para cumprimento dos limites individualizados de despesas primárias, de que trata o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no montante de R\$ 2.200.000.000,00 (dois bilhões e duzentos milhões de reais), relativos aos recursos atualmente descentralizados pelo Ministério da Saúde ao Ministério da Educação para os hospitais universitários.”

### **§ 21 do art. 62 do Projeto de Lei**

“§ 21. A limitação estabelecida para o Ministério da Educação, inclusive individualmente às suas universidades, hospitais universitários e institutos federais, deverá ser de forma proporcional, na forma de que trata o § 1º deste artigo.”

#### **Razões do veto**

“A proposição legislativa determina a realização de limitação de empenho e movimentação financeira de despesa proporcional para o Ministério da Educação e para as universidades, os hospitais universitários e os institutos federais.

Entretanto, a despeito da boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público por restringir a discricionariedade alocativa do Poder Executivo federal na implementação das políticas públicas, o que aumentaria a já alta rigidez do orçamento.

Ressalta-se que a referida limitação deveria observar as necessidades de execução dos órgãos públicos, bem como as despesas essenciais e inadiáveis. Portanto, a vinculação prévia dessa decisão prejudica o atendimento de demandas urgentes verificadas durante o exercício de 2022, inclusive no âmbito do Ministério da Educação.”

### **§ 3º do art. 65 do Projeto de Lei**

“§ 3º Nos casos previstos nos incisos I e II do § 2º deste artigo, será realizado o empenho das programações classificadas com RP 6, RP 7, RP 8 e RP 9, podendo a licença ambiental e o projeto de engenharia ser providenciados no prazo para resolução da cláusula suspensiva.”

#### **Razões do veto**

“A proposição legislativa ressalva despesas do rol dos impedimentos estabelecidos pelo § 2º deste artigo, hipótese em que a licença ambiental e o projeto de engenharia poderiam ser providenciados no prazo para resolução da cláusula suspensiva.

De início, cumpre-se esclarecer que a licença ambiental prévia e o projeto de engenharia são requisitos para início de execução de projetos, conforme disposto na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

A identificação dos referidos impedimentos de ordem técnica ou legal possibilitaria que recursos destinados a programações orçamentárias que não cumprissem os requisitos técnicos ou legais necessários para a sua execução poderiam ser remanejados e executados em programações que reúnam tais condições.

Além disso, a possibilidade da efetivação de empenho sem o atendimento desses requisitos poderia contribuir para o aumento excessivo da inscrição de restos a pagar, uma vez que, ao longo do prazo para resolução da cláusula suspensiva, haveria a possibilidade de se concluir pela não viabilidade do projeto. A proposição legislativa também poderia gerar empoeçamento indevido de recursos financeiros, o que comprometeria a eficiência dos gastos públicos.

Assim, em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contrariaria o interesse público por ressalvar quaisquer despesas do rol dos impedimentos estabelecidos por esta Lei, o que poderia trazer prejuízos à eficiência, à economicidade e à qualidade da despesa pública.”

### **Art. 71 do Projeto de Lei**

“Art. 71. A execução das programações das emendas deverá observar as indicações de beneficiários e a ordem de prioridades feitas pelos respectivos autores.

§ 1º Caso seja necessário obter informações adicionais quanto ao detalhamento da dotação orçamentária incluída por emenda, poderá o Ministro da Pasta respectiva solicitá-las ao respectivo autor.

§ 2º Nos casos das programações com identificador de resultado primário nove, o Poder Executivo terá o

prazo de 180 (cento e oitenta) dias para consecução do empenho a partir da vigência da Lei Orçamentaria de 2022.”

### **Razões do veto**

“A proposição legislativa estabelece que a execução das programações das emendas deveria observar as indicações de beneficiários e a ordem de prioridades feitas por seus autores, hipótese em que o Ministro de Estado responsável poderia demandar informações adicionais quanto ao detalhamento da dotação orçamentária incluída por emenda, tendo o Poder Executivo o prazo de cento e oitenta dias para a consecução do empenho das programações com identificador de Resultado Primário 9 (RP 9).

Entretanto, em pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, pois, além de adotar regra de execução de emendas parlamentares que não têm previsão constitucional, investe contra o princípio da impessoalidade, que orienta a administração pública federal, ao fomentar cunho personalístico nas indicações e priorizações das programações decorrentes de emendas, o que ampliaria as dificuldades operacionais para a garantia da execução da despesa pública.

A indicação de beneficiários pelos autores das emendas, que, de outra forma, seriam estabelecidos conforme os parâmetros e as diretrizes setoriais, reduziria a flexibilidade na gestão orçamentária e poderia ter impacto na qualidade do gasto público.

Ademais, a proposta legislativa requer a observância à ordem de prioridades estabelecida pelos autores das emendas, para fins de limitação de empenho e movimentação financeira, o que aumentaria a já alta rigidez orçamentária e retiraria do Poder Executivo federal a prerrogativa de detalhamento dessa limitação, conforme as necessidades de execução dos órgãos públicos, com vistas ao atendimento de despesas essenciais e inadiáveis.

Cumpre salientar, ainda, que, ao promover maior rigidez na gestão orçamentária, tal proposta legislativa dificulta o cumprimento das regras fiscais, especialmente, dos limites individualizados de despesas primárias, de que trata o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da meta fiscal, estabelecida no art. 2º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022.

Em relação ao disposto no § 2º do art. 71, o prazo de cento e oitenta dias para a consecução do empenho conflitaria com o disposto no inciso II do § 11 do art. 165 da Constituição, segundo o qual o dever de execução das programações orçamentárias não se aplica nas hipóteses de impedimentos de ordem técnica devidamente comprovados. Nesse sentido, caso sancionado, tal dispositivo tornaria incerto o procedimento para verificação e saneamento de impedimentos técnicos em programações marcadas com RP 9.”

### **§ 6º do art. 73 do Projeto de Lei**

“§ 6º Observado o disposto no § 5º, a emissão da nota de empenho não deve superar o prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data prevista no inciso III do **caput**.”

### **Razões do veto**

“A proposição legislativa estabelece que, na inexistência de impedimento de ordem técnica ou na constatação de que o óbice tenha sido superado, observado o disposto no § 5º, a emissão da nota de empenho não deveria superar o prazo de trinta dias, contado do término do prazo previsto no inciso III do **caput**.

Entretanto, em que pese a boa intenção do legislador, tem-se que o prazo de trinta dias para emissão da nota de empenho aumentaria a rigidez da execução orçamentária e estabeleceria regra geral que poderia se mostrar incompatível com as etapas necessárias para a execução de determinadas despesas, com impacto sobre a qualidade do gasto público.

Ademais, cumpre-se ressaltar que as despesas decorrentes de emendas individuais já se submetem ao regime de execução obrigatória, na forma prevista no art. 166 da Constituição.”

### **§ 7º do art. 73 do Projeto de Lei**

“§ 7º As emendas direcionadas às programações do Ministério da Educação poderão alocar recursos para qualquer programação de custeio de natureza discricionária, inclusive quando destinadas a entidades privadas de natureza filantrópica, comunitária ou confessional, nos termos da lei.”

### **Razões do veto**

“A proposição legislativa estabelece que as emendas direcionadas às programações do Ministério da Educação poderiam ‘alocar recursos para qualquer programação de custeio de natureza discricionária’.

Entretanto, em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, pois, apesar de atender a restrição de que trata o **caput** de seu artigo, a sua manutenção permitiria a interpretação de que o mesmo não poderia ser aplicado às emendas direcionadas às programações dos demais órgãos.

Dessa forma, como a redundância dos dispositivos confere ambiguidade aos efeitos da norma, a proposição legislativa contraria o interesse público por gerar insegurança jurídica, ao estabelecer regra específica contida na regra geral de emendas individuais e coletivas.”

#### **§ 3º do art. 75 do Projeto de Lei**

“§ 3º Às programações de que trata o **caput** se aplica o disposto no art. 166-A da Constituição.”

#### **Razões dos vetos**

“A proposição legislativa garante às emendas de bancada estadual a aplicação do disposto no art. 166-A da Constituição.

Entretanto, em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa incorre em vício de inconstitucionalidade, tendo em vista que o **caput** do referido art. 166-A da Constituição é expresso ao determinar que o tratamento por ele dado refere-se única e exclusivamente às emendas individuais impositivas, o que demonstra que a extensão do art. 166-A da Constituição às emendas de bancada estadual não deveria ocorrer por meio de lei.

Ademais, a proposição legislativa contraria o interesse público ao permitir às referidas emendas alocarem os recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de transferência especial ou com finalidade definida.”

#### **Alínea “c” do inciso I do caput do art. 80 do Projeto de Lei**

“c) construção, ampliação ou conclusão de obras;”

#### **Razões do veto**

“A proposição legislativa amplia, de forma significativa, o rol de despesas de capital passíveis de serem repassadas para entidades privadas, o que fora vedado em anos anteriores.

Entretanto, a proposição legislativa contraria o interesse público, pois tal transferência promoveria o aumento do patrimônio dessas entidades sem que houvesse obrigação de continuidade na prestação de serviços públicos por período mínimo condizente com os montantes transferidos, de forma a garantir que os recursos públicos empregados seriam, de fato, convertidos à prestação de serviços para os cidadãos.

Acresça-se, ainda, que, para que a ampliação das instalações dessas instituições pudesse reverter, efetivamente, em benefícios à sociedade, em termos de aumento da prestação de serviços, seria necessário que o órgão que viabilizou a construção das mencionadas instalações aumentasse as transferências de recursos para a sua manutenção e seu funcionamento, o que poderia causar impacto fiscal indesejável ou resultar na redução da consecução de outras políticas públicas e do atendimento à população de outras regiões.”

#### **Inciso II e inciso III do § 8º do art. 80 do Projeto de Lei**

“II - termo de colaboração ou de fomento, observado o disposto na Lei nº 13.019, de 2014, na sua regulamentação e nas demais normas aplicáveis; e

III - convênio ou outro instrumento congêneres celebrado com entidade filantrópica ou sem fins lucrativos nos termos do disposto no § 1º do art. 199 da Constituição, observadas as disposições legais aplicáveis à transferência de recursos para o setor privado.”

#### **Razões dos vetos**

“A proposição legislativa estabelece que as entidades qualificadas como organizações sociais poderiam receber recursos oriundos de transferências por meio de termo de colaboração ou fomento e convênio ou instrumento congêneres firmado com entidade filantrópica ou sem fins lucrativos.

Entretanto, a despeito da boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, pois, de acordo com o disposto na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, deveria ser utilizado o contrato de gestão como instrumento para formar parceria entre o Poder Público e a organização social.”

#### **§ 2º do art. 83 do Projeto de Lei**

“§ 2º A emissão de nota de empenho, a realização das transferências de recursos e a assinatura dos instrumentos a que se refere o **caput**, bem como a doação de bens, materiais e insumos, não dependerão da situação de adimplência do Município de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, identificada em cadastros ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais.”

### **Razões do voto**

“A proposição legislativa estabelece que a emissão de nota de empenho, a realização das transferências de recursos e a assinatura de convênio ou instrumento congênero, bem como dos aditamentos que impliquem aumento dos valores a serem transferidos, e a doação de bens, materiais e insumos não dependeriam da situação de adimplência do Município de até cinquenta mil habitantes, identificada em cadastros ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais.

Entretanto, em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que esses Municípios representam cerca de oitenta e oito por cento dos Municípios brasileiros, o que tornaria ineficazes os instrumentos de controle e boa gestão fiscal.”

### **§ 3º, § 4º e 5º do art. 83 do Projeto de Lei**

“§ 3º A liberação financeira das transferências voluntárias ou decorrentes de programação incluída por emendas na Lei Orçamentária de 2022, referente a obras de engenharia no valor de até R\$ 3 milhões, será efetuada em parcela única.”

“§ 4º As condições para cumprimento das cláusulas suspensivas constantes dos instrumentos de transferências a que se refere o § 3º deste artigo terão prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.”

“§ 5º Os instrumentos de transferências em vigor, a que se refere o § 3º deste artigo, terão o prazo para cumprimento das condições suspensivas prorrogado por mais 240 (duzentos e quarenta) dias”

### **Razões dos vetos**

“A proposição legislativa estabelece que a liberação financeira das transferências voluntárias ou decorrentes de programação incluída por emendas na Lei Orçamentária para 2022, referente a obras de engenharia com valor de até R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), seria efetuada em parcela única e as condições para o cumprimento das cláusulas suspensivas constantes dos instrumentos dessas transferências teriam prazo mínimo de vinte e quatro meses, enquanto os instrumentos de transferência em vigor teriam prazo prorrogado por mais duzentos e quarenta dias.

Entretanto, em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, uma vez que a possibilidade de aumentar o limite de liberação de recursos em parcela única poderia causar o empoeamento de recursos na conta específica dos convenentes – Estados, Distrito Federal, Municípios e organizações da sociedade civil. É importante registrar que essa limitação havia ocorrido quando da edição da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, em que se verificou o empoeamento de recursos de aproximadamente R\$ 9.000.000.000,00 (nove bilhões de reais) nas contas específicas dos convenentes.

Diante disso, considerada a crise fiscal que o País atravessa, a proposição legislativa ensejaria, novamente, o empoeamento de grande vulto de recursos nas contas dos convenentes.

Adicionalmente, a instituição, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, de prazo mínimo para o cumprimento de cláusulas suspensivas de instrumentos de transferências voluntárias poderia ocasionar insegurança jurídica na manutenção e na execução de restos a pagar no âmbito da União. Isso porque, ao ser proposta pelo Poder Executivo federal anualmente e aprovada pelo Poder Legislativo na mesma periodicidade, a União teria que estabelecer regras anuais para a manutenção e a execução de restos a pagar, em detrimento de regras fixas.

Por fim, a prorrogação do cumprimento das cláusulas suspensivas impactaria o ciclo de vida do instrumento e, consequentemente, resultaria em atraso na entrega das políticas públicas à sociedade. É importante ressaltar que os prazos para cumprimento das condições suspensivas afetariam diretamente os custos para operacionalização dos instrumentos e teriam reflexos diretos nas tarifas praticadas pela mandatária da União quando da operacionalização dos contratos de repasse.”

### **§ 8º e § 9º do art. 92 do Projeto de Lei**

“§ 8º As instituições financeiras oficiais federais e os órgãos e entidades da Administração Pública Federal responsáveis por transferências financeiras deverão observar, no âmbito da execução de convênios, contratos de repasse ou instrumentos congêneres, o prazo máximo de 90 (noventa) dias para envio e homologação da Síntese do Projeto Aprovado - SPA.

§ 9º A SPA será exigida apenas nos casos de execução de obras e serviços de engenharia que envolvam repasses em montante igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)."

#### **Razões dos vetos**

"A proposição legislativa estabelece que as instituições financeiras oficiais federais e a administração pública federal, responsáveis por transferências financeiras, deveriam observar, no âmbito da execução de convênios, contratos de repasse ou instrumentos congêneres, o prazo máximo de noventa dias para envio e homologação da síntese do projeto aprovado, exigida nos casos de execução de obras e serviços de engenharia igual ou superior a dez milhões de reais.

Em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, pois reativaria a necessidade de elaboração e envio para homologação da síntese do projeto aprovado pelas instituições financeiras oficiais federais no âmbito da execução de convênios, contratos de repasse e congêneres, ao retomar trâmite burocrático desnecessário, que foi suprimido do procedimento pela Portaria nº 558, de 10 de outubro de 2019, do Ministério da Economia.

Ademais, as informações constam da Plataforma Mais Brasil, de acesso público e gratuito."

#### **Inciso I do art. 97 do Projeto de Lei**

"I - do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM da Fundação Getúlio Vargas, para valores emitidos até o final do exercício de 2019 e vincendos em exercícios futuros;"

#### **Razões do voto**

"A propositura legislativa dispõe que o índice Geral de Preços do Mercado - IGPM da Fundação Getúlio Vargas, para valores emitidos até o final do exercício de 2019 e vincendos em exercícios futuros.

Entretanto, e em que pese o mérito da proposta, a medida contraria o interesse público, pois em que pese a importância de se esclarecer a forma de atualização monetária do principal da dívida em relação a exercícios anteriores, com base nas respectivas leis de diretrizes orçamentárias, a proposta fixa a data de emissão do título, e não o exercício de referência, como parâmetro para a aplicação dos índices de preços de títulos emitidos antes de 2020, de forma que, para o mesmo exercício financeiro, haveria aplicação de dois índices para atualização monetária dos títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), dependendo da sua data de emissão.

Ademais, não há previsão no § 3º do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, de que tal dispositivo poderia impactar diretamente o cálculo da regra de ouro (inciso III do art. 167 da Constituição), do montante de refinanciamento da DPMFi vencendo na carteira do Banco Central do Brasil (art. 39, § 2º, da LRF), e do limite estabelecido no art. 29, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal."

#### **§ 11 do art. 122 do Projeto de Lei**

"§ 11. O BNDES destinará para financiamento a pequenas e microempresas pelo menos 30% (trinta por cento) da totalidade dos recursos derivados do Fundo de Amparo ao Trabalhador- FAT."

#### **Razões do voto**

"A proposição legislativa estabelece que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES destinaria para financiamento a pequenas e microempresas, no mínimo, trinta por cento da totalidade dos recursos derivados do Fundo de Amparo ao Trabalhador- FAT.

Em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, uma vez que a obrigação de destinar parcela específica de recursos criaria amarras para a operação e a alocação adequada dos recursos do FAT destinados aos financiamentos.

Ademais, ao vincular percentual dos recursos do FAT a determinados tipos de empresa, a proposta legislativa inviabilizaria a adoção de políticas anticíclicas ou de incentivo a setores estratégicos. Ainda, a medida não considera o ambiente dinâmico a que estão submetidas as operações creditícias que regula.

Assim, o estabelecimento prévio de percentual dos financiamentos a determinados segmentos de empresas, sem considerar as necessidades concretas, geraria ineficiência alocativa, o que poderia resultar no não atendimento de demandas efetivas de outros segmentos econômicos, bem como na eventual ociosidade de parte dos recursos do FAT, que teriam a devida destinação."

#### **§ 5º do art. 124 do Projeto de Lei**

“§ 5º Não se aplica o disposto neste artigo a decretos legislativos editados com fundamento no inciso V do art. 49 da Constituição.”

#### **Razões do veto**

“A proposição legislativa dispõe sobre a inaplicabilidade da exigência de estimativa de impacto orçamentário e financeiro àquelas proposições que, direta ou indiretamente, importassem ou autorizassem redução de receita ou aumento de despesa da União, a decretos legislativos editados com fundamento no disposto no inciso V do **caput** do art. 49 da Constituição.

Embora se reconheça a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que o dispositivo visa ao planejamento fiscal responsável, ao exigir a estimativa de impacto orçamentário e financeiro, em conformidade com o disposto nos art. 14 a art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ademais, o art. 125 do Projeto de Lei define que, caso o demonstrativo a que se refere o art. 124 apresente redução de receita ou aumento de despesas, a proposta não demonstraria a ausência de prejuízo ao alcance das metas fiscais, hipótese em que seria necessária a adoção de medida compensatória, ao passo que a dispensa de estimativa e, por consequência, a dispensa de demonstração de ausência de prejuízo ao alcance das metas fiscais dá tratamento diferenciado aos decretos legislativos em questão, o que estaria em desacordo com o princípio da responsabilidade na gestão fiscal previsto na Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.”

#### **§ 2º do art. 136 do Projeto de Lei**

“§ 2º Não serão considerados benefícios tributários os regimes diferenciados de que trata a alínea ‘d’ do inciso III do art. 146 da Constituição.”

#### **Razões do veto**

“A proposição legislativa determina que não seriam considerados benefícios tributários os regimes diferenciados de que trata a alínea ‘d’ do inciso III do art. 146 da Constituição, o qual dispõe que cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre a definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

Apesar da boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que adota definição inadequada para benefícios tributários que, segundo a Instrução de Procedimentos Contábeis nº 16, de 2020, conceituam-se como ‘disposições preferenciais da legislação que fornecem vantagens tributárias a certos contribuintes e que não estão disponíveis a outros’, de forma a abranger os regimes diferenciados para microempresas e empresas de pequeno porte, de que trata o referido dispositivo constitucional.

Nesse sentido, além de afastar a incidência do disposto no art. 136 do Projeto de Lei, que consiste em uma regra fiscal importante para evitar a extensão de benefícios tributários por prazo indeterminado e garantir a governança e a avaliação desses benefícios, a proposição legislativa causaria dúvidas quanto à aplicação do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que requer a apresentação de estimativa de impacto orçamentário e financeiro e de medida compensatória para aquelas medidas que concedam ou ampliem benefícios tributários que correspondam a tratamento diferenciado.”

#### **Alínea “r” do inciso I do § 1º do art. 151 do Projeto de Lei**

“(r) até 31 de janeiro de cada exercício, o relatório anual, referente ao exercício anterior, da execução orçamentária do Orçamento Mulher; e”

#### **Inciso III do caput art. 158 do Projeto de Lei**

“III - elaborar metodologia de acompanhamento dos programas e ações destinados às mulheres com vistas à apuração e divulgação do Orçamento Mulher.”

#### **Razões dos vetos**

“A proposição legislativa estabelece que a elaboração e a aprovação dos Projetos de Lei Orçamentária para 2022 e dos créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deveriam ser realizadas de acordo com os princípios da publicidade e da clareza, além de promover a transparência da gestão fiscal e permitir o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, devendo ser divulgadas nos sítios eletrônicos pelo Poder Executivo federal até 31 de janeiro de cada exercício, o relatório anual, referente ao exercício anterior, da execução orçamentária do Orçamento Mulher.

Embora se reconheça a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que as políticas públicas de redução das desigualdades de gênero integram o Orçamento Fiscal e que não há previsão constitucional para a criação de outros orçamentos além daqueles previstos no § 5º do art. 165 da Constituição.”

#### **Alíneas “b” e “c” do inciso IV do Anexo II**

“b) memória de cálculo referente aos critérios para distribuição de recursos, contendo parâmetros, fórmulas e índices utilizados, por ação orçamentária, que demonstrem a apuração das transferências constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2022, por unidade da Federação; e

c) informações sobre gastos por unidade da Federação, com indicação dos critérios utilizados para distribuição dos recursos referente ao Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA);”

#### **Razões dos vetos**

“A proposição legislativa dispõe sobre o Anexo II, que trata da ‘Relação das informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2022’, e institui que, em relação às áreas de assistência social, primeira infância, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, deveria haver memória de cálculo referente aos critérios para distribuição de recursos, com parâmetros, fórmulas e índices utilizados, por ação orçamentária, que demonstrassem a apuração das transferências constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2022, por unidade federativa, além de informações sobre gastos por unidade federativas, com indicação dos critérios utilizados para distribuição dos recursos referente ao Orçamento da Criança e do Adolescente.

Apesar de meritória a intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, e, em que pese a importância das políticas públicas destinadas à primeira infância para o desenvolvimento social e econômico, grande parte das despesas relacionadas a esse público encontram-se alocadas em políticas de caráter universal, cuja estrutura programática se baseia em princípios e diretrizes setoriais, que não são previamente segregadas por faixa etária ou grupo atendido.

Nesse contexto, a inclusão dessas despesas no rol de informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária para 2022 não seria compatível com as medidas necessárias ao envio dessas informações no prazo estabelecido no art. 10 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022.

Adicionalmente, a alínea ‘c’ do referido inciso IV revela-se imprópria, dado que as políticas públicas destinadas à criança e ao adolescente integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e não há previsão constitucional para a criação de outros orçamentos além daqueles previstos no § 5º do art. 165 da Constituição.”

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me conduziram a vetar os dispositivos acima mencionados do Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.8.2021